

Redes de Cooperação para Mercados Inclusivos e Sustentáveis

(texto síntese para ser discutido e aprofundado no decorrer do debate do GT 10 do Encontro da Rede de Estudos Rurais 2018)

Coordenadores: Oscar José Rover (UFSC); Janaína Diniz (UnB)

O Grupo de Trabalho foi proposto para ter como foco principal de análise e debates “os objetivos, impactos e potencialidades das redes de cooperação que se formam para atuar na organização e/ou inserção em mercados que sejam inclusivos e sustentáveis”.

Tem havido um elevado crescimento dos mercados agroalimentares mundo afora. Este processo tem sido caracterizado por forte globalização, alongamento das distâncias espaciais e relacionais nas cadeias de abastecimento, assim como expressiva concentração de capital e poder. Ele representou uma intensa seletividade e exclusão de agricultores e organizações, tanto na base de produção quanto no conjunto das cadeias de abastecimento. Com seu rápido crescimento, estas dinâmicas de mercado geraram forte exclusão socioeconômica e, dadas suas exigências de velocidade e escala, representam forte pressão sobre os agroecossistemas, com impacto sobre sua sustentabilidade ambiental.

Agricultores e organizações de diversos territórios reconhecem as limitações de escala e capacidade de intervenção dos empreendimentos familiares em mercados crescentemente concentrados e excludentes. Por motivações solidárias ou preocupados em permanecer e gerar mercados, eles se associam e cooperam, geram ganhos de escala por cooperação e ampliam seu poder de negociação. Cooperando eles também buscam o suporte de políticas públicas, se organizam para obter seus benefícios, tecem redes, se articulam territorialmente.

Entretanto, com a hegemonia de mercados que distanciam quem produz de quem consome, pautados por lógicas industriais, o agroalimentar tornou-se um ambiente gerador de crescente apreensão por parte dos consumidores. Escândalos

alimentares e campanhas contra o uso de transgênicos e agrotóxicos, têm elevado a busca dos consumidores por formas de abastecimento que assegurem procedência e qualidade. Isto tem promovido diversas formas de redes agroalimentares alternativas e de organização socioeconômica.

Assim como há disposição e condições de alguns consumidores em remunerar produtos que tenham uma qualidade diferenciada, há outros que não possuem tais condições. Mesmo assim, se disseminam, mundo afora, redes de cooperação para mercados inclusivos e sustentáveis, com ou sem suporte de políticas públicas. Refletir sobre estas redes, seus objetivos, impactos e potencial de geração de mercados sustentáveis foi a missão que se colocou o GT 10: Redes de Cooperação para Mercados Inclusivos e Sustentáveis.

Com base nas percepções acima expostas, as quais constam da ementa do GT 10, recebemos artigos de diversos matizes, os quais procuraram se adequar às seguintes linhas temáticas abordadas no GT:

- Cooperação, associativismo e cooperativismo para inserção em mercados agroalimentares sustentáveis;
- Redes, mercados e sustentabilidade;
- Mercados e exclusão socioeconômica;
- Inclusão socioeconômica através da cooperação para se inserir em mercados sustentáveis;
- Inovações sociais e mercados;
- Inovações para a inclusão em mercados sustentáveis;
- Redes agroalimentares alternativas;
- Redes de civismo agroalimentar;
- Circuitos de abastecimento alimentar e sustentabilidade;
- Circuitos curtos de abastecimento e relações sociais entre produção e consumo de alimentos;
- Marketing e logísticas solidários;

- Virada para a qualidade e novas práticas mercantis para o abastecimento agroalimentar sustentável;
- Sustentabilidade, políticas públicas e mercados institucionais;
- Produtos orgânicos e mercados agroecológicos.

Foram aprovados 14 trabalhos que se distribuem, de um modo geral, da seguinte forma:

- Regiões abrangidas: Sudeste (1 SP); Sul (1 RS/7 SC); Nordeste (1 PB/1 BA); Norte (1 PA); Centro-Oeste (1 DF/MS).
- Artigos que exploram uma abordagem mais teórica/documental: 2
- Artigos que exploram uma abordagem mais empírica ou com levantamento de campo: 11. Os procedimentos para coleta dos dados foram variados, porém sem muitas inovações metodológicas. Os autores serviram-se principalmente de pesquisa documental e aplicação de questionários (in loco e on-line), sendo que alguns se apoiaram na observação participante e na abordagem da Sociologia compreensiva para a análise das entrevistas.
- Principais áreas do conhecimento envolvidas no conjunto dos artigos aprovados: Antropologia, Sociologia, Administração (Gestão), Economia.

Apesar da maioria dos trabalhos ser da região Sul (principalmente no estado de Santa Catarina), conseguimos reunir todas as regiões brasileiras, com textos abordando diferentes formas de cooperação nas redes agroalimentares, com ou sem o apoio de políticas públicas.

Tanto nos artigos de viés mais teóricos, quanto naqueles com predomínio de pesquisa empírica, identificamos que houve algumas temáticas que foram predominantes:

- a) **Construção social de mercados**, passando por noções propostas pela abordagem da Nova Sociologia Econômica, discutindo circuitos curtos de comercialização e outros mecanismos de geração de novos mercados para a

agricultura familiar, especialmente aquela vinculada a um enfoque mais agroecológico;;

- b) **Abordagem territorial do desenvolvimento**, estabelecendo relações entre ações e organizações locais e suas articulações com diferentes escalas territoriais;
- c) Problemáticas vinculadas à **articulação entre produção e consumo**, assim como ao **consumo como um ato político**, evidenciando o papel dos consumidores e suas organizações, assim como a importância do pensar, agir e organizar os circuitos que articulam produção e consumo;
- d) **Gestão social e participação**, organizações substantivas e delimitação de sistemas sociais, destacando o papel dos atores e da agência sociais na transformação de processos que envolvem o agroalimentar;
- e) As diferentes formas de **redes agroalimentares alternativas**, entendidas como articulações de atores que se propõem a agir para transformar de forma mais sistêmica o agroalimentar, destacando aquelas que se organizam visando uma transição agroecológica, conversão orgânica e recolocar a centralidade do alimento para a vida, a saúde e a organização humana e social.
- f) **Políticas públicas** como fatores-chave de suporte ou restrição ao desenvolvimento de territórios rurais, de redes e de mercados que se proponham inclusivos e sustentáveis

Uma boa parte dos artigos se concentrou na temática de redes agroalimentares em torno da agroecologia/transição agroecológica, sendo que alguns com maior destaque para as relações rural-urbano mediadas pela alimentação, mercados alimentares da reforma agrária e políticas públicas (agroecologia, mercado institucional, PNAE). Os circuitos curtos agroalimentares e suas diferentes possibilidades também merecem destaque. Alguns trabalhos buscam fazer uma conexão entre esses temas, analisando a relação entre os mercados agroecológicos e circuitos curtos de comercialização.

Ainda associado aos circuitos curtos de comercialização de alimentos, são apresentados alguns casos de inovação social e organizacional, como Células de Consumidores Responsáveis; redes de cooperação na agricultura familiar; mercados alimentares da reforma agrária; o fenômeno da *Gourmetização*, que traz novos elementos para a reflexão e a organização de **redes de cooperação para mercados inclusivos e sustentáveis**; e a re-valorização de modos de vida “naturais”.

Muitos textos fazem referência aos circuitos/mercados curtos como contra-hegemônicos, trazendo esta questão como um pressuposto do qual partem para apresentar sua razão argumentativa, mas com poucas evidências do que tornaria tais mercados efetivamente alternativos ao *establishment* do sistema agroalimentar. A maioria dos artigos não entra nesta discussão, gerando fraca problematização do sistema agroalimentar corporativo (o que Philippe McMichael (2016) denomina de “regime alimentar corporativo”), que caracterizaria o atual estágio do capitalismo agrário.

Numa tentativa de iniciar um diálogo entre os trabalhos (e seus autores), gostaríamos de destacar primeiramente aqueles que abordaram mais claramente a temática da construção social de mercados e dos circuitos curtos agroalimentares. São eles:

- **Estratégias inovadoras em circuitos curtos de comercialização de alimentos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis – SC:** que identificou a motivação e o perfil socioeconômico de consumidores em aderir às Células de Consumidores Responsáveis na UFSC, uma forma de venda direta de produtos da agricultura familiar agroecológica, certificada como orgânica no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia. A pesquisa identificou que, apesar de o preço ter sido um fator importante de motivação dos(as) consumidores(as), ainda há pouca adesão a este tipo de circuito de comercialização por parte de atores com menores condições financeiras, sugerindo maior reflexão sobre quais estratégias possibilitam a ampliação do acesso a alimentos orgânicos/agroecológicos na sociedade.

- **Uma análise dos mercados socialmente construídos através da Nova Sociologia Econômica: o caso do mercado artesanal de queijo de leite cru:** que propõe, a partir do aporte da Nova Sociologia Econômica (NSE), uma análise da configuração dos mercados acessados por agricultores familiares, destacando novas práticas tecnológicas, gerenciais e mercadológicas, assim como inovações organizacionais, com a ressalva para o fato de ao representar a valorização dos pequenos proprietários rurais, com as imposições de qualidade, definidas pelas grandes redes de comercialização, pode-se gerar exclusão do agricultor familiar do cenário, devido aos desafios desse novo mercado.
- **As relações rural-urbano mediadas pela alimentação: Consumo alimentar, dinâmicas de gourmetização e valorização de modos de vida "naturais":** que busca uma compreensão, a partir das práticas alimentares, como os indivíduos que experimentam a vida urbana procuram por experiências que remetam a um estilo de vida considerado mais saudável, inserindo a valorização de modos mais naturais de alimentação em um processo de estetização e ressignificação das práticas alimentares. O trabalho destaca que, apesar do processo industrializado que envolve a pequena produção rural em escala menor comparada a grandes fábricas, esta produção continua enaltecendo suas características artesanais que trazem a ideia de originalidade e singularidade se comparada a grandes produções em massa. No caso específico deste trabalho, podemos inserir no debate a apropriação, justamente pelas grandes indústrias, da simbologia do artesanal em produtos ultra-processado, a exemplo da linha de cervejas ditas artesanais e que são produzidas por grandes indústrias.
- **Circuitos curtos agroalimentares no interior paulista: desafios da comercialização e do consumo local:** que parte de um mapeamento de cadeias curtas agroalimentares em Araraquara-SP e busca evidenciar os gargalos existentes entre a produção e a comercialização local de alimentos, que vão desde questões tributárias impedindo preços competitivos à inserção de produtos em redes de supermercados, passando pelos entraves burocráticos

para participação nas chamadas do mercado institucional, somados às questões logísticas, relações comerciais e sazonalidade do alimento.

- **Incentivo a Transição Agroecológica: Cooperativa D'irituia - Agricultura Familiar na Construção de Redes**, busca apresentar o papel da cooperativa nos processos de transição agroecológica e de abertura de novos mercados, dando destaque para a importância dos mercados e das parcerias institucionais para geração de circuitos comerciais, fundamental em contextos de escassez de recursos financeiros.

Estes artigos trazem em comum a percepção quanto ao crescimento de esforços sociais e organizativos para gerar mercados social e economicamente inclusivos, especialmente buscando reduzir os elos comerciais das cadeias de abastecimento alimentar, assim como, em alguns casos, a distância entre produção e consumo de alimentos. Percebe-se que várias das experiências analisadas se operam em contextos próximos a centros urbanos maiores, onde há a efetiva demanda de alimentos por número maior de consumidores e, assim, com potencial de expansão das formas de venda em circuito curto. O caráter de nicho dos mercados gerados e o efetivo potencial das experiências analisadas se replicarem estão ainda pouco analisados, inclusive como forma de compreender a real alternatividade sistêmica proposta por várias das experiências e/ou artigos aqui apresentados.

Como um componente chave dos processos de desenvolvimento rural, o Estado e as políticas públicas não ficaram de fora dos estudos propostos para este GT. O acesso às políticas públicas pela agricultura familiar é um elemento chave e transversal a alguns textos, quais sejam:

- **Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas**, que apresenta um panorama das redes de cooperação na agricultura familiar e a relação dessas redes com as políticas públicas de apoio e de acesso aos novos mercados, que resultaram em um conjunto de "inovações" organizacionais e possibilitaram o exercício de capacidade de agência de agricultores familiares e outros atores locais para praticar ações de desenvolvimento rural.

- **A participação da Agricultura Familiar no PNAE: os descompassos entre os que ofertam e os que demandam na Bahia**, parte do levantamento das vendas da agricultura familiar na Bahia para o PNAE e das narrativas de gestores que não estão comprando os percentuais firmados, buscando dimensionar em que medida e sob quais condições é possível a articulação entre oferta e demanda. Dentre os caminhos para superação desses descompassos, a pesquisa sinaliza a necessidade de se desenvolver políticas públicas para aperfeiçoamento do processo produtivo e da gestão comercial das organizações, além de uma assistência técnica perene e o estímulo à adesão às formas associativas, considerando que estas configurações oferecem vantagens em termos de aumento de escala e redução dos custos de transação.
- **Agricultura familiar e mercado institucional no Vale do Ribeira**, analisa as percepções de produtores familiares e técnicos, associadas a duas políticas de compras institucionais (PAA e PNAE). Dentre os impactos positivos, a pesquisa identificou que os programas estimularam a regularização documental de unidades de produção, assim como o desenvolvimento de novas habilidades técnicas nas fases de produção, processamento e escoamento.
- **Programas e Incentivos a Mercados Agroecológicos e Circuitos Curtos de Comercialização na Província de Trento – Itália**: apresenta o caso da Província de Trento (Itália), com iniciativas de promoção de práticas agroecológicas de produção e comercialização de alimentos orgânicos em circuitos curtos (CCC). Destaques para o mapeamento dos CCC, remuneração diferenciada de produtores orgânicos e em transição, subsídios de despesas com certificação e promoção de feiras eco-solidárias. A experiência da Itália mostrou que este tipo de iniciativas, com origem nos consumidores, produtores ou órgão públicos, que resultam em parcerias entre instituições e no intercâmbio de experiências, também incentivam o desenvolvimento sustentável dos territórios, da mesma forma que as ações atuais que se desenvolvem em Florianópolis, a partir da Política de Agroecologia.

- **CEASA como entreposto: política pública subutilizada como mecanismo de inclusão dos produtos agrícolas familiares nos mercados**, parte de dados quanti e qualitativos, evidenciando a pequena inserção da agricultura familiar nesse circuito de comercialização. Propõe que esta subutilização seja combatida e que este espaço público sirva para a comercialização da diversidade característica da agricultura familiar, seja com produtos convencionais, agroecológicos, orgânicos, regionais ou tradicionais.

As políticas públicas para inserção dos agricultores familiares, suas organizações e produtos em circuitos comerciais foram chaves para estimular o desenvolvimento dos modos industriais de produção agropecuária, característicos do sistema agroalimentar corporativo. Articuladas às políticas de crédito, extensão rural, pesquisa e ensino, as políticas de comercialização determinaram o avanço da modernização conservadora no Brasil e fora dele. A transição para novas abordagens, sistemicamente alternativas ou não às lógicas agroalimentares corporativas, impescindiria do suporte de políticas públicas. Entretanto, este eixo de reflexão ainda carece de análises mais aprofundadas sobre quais políticas contribuíram mais efetivamente para construção de **Mercados Inclusivos e Sustentáveis**, tema que orientou a construção deste GT.

A reflexão sobre as políticas públicas carece de uma reflexão que fosse além das políticas em si, e analisasse a sua articulação com os temas da discussão do primeiro e do último dia de trabalho do grupo. Pergunta-se: como elas poderiam dar suporte para a construção de circuitos curtos de comercialização, para relações de proximidade entre produção e consumo, para valorização dos territórios rurais, através da valorização de seus bens e serviços, enfim, como elas poderiam ser elementos que contribuíssem nas dinâmicas de organização social e econômica para construção de **Mercados Inclusivos e Sustentáveis**?

Todos os artigos aprovados tratam, em diferentes medidas, dos temas propostos na ementa do GT 10. Entretanto, não foi simples organizá-los em blocos bem definidos, sendo que os distribuimos conforme as diferentes ênfases que observamos em cada um. No terceiro grupo reunimos trabalhos que avaliamos se

concentrarem mais em aspectos de organização e participação dos atores em circuitos agroalimentares. Quais sejam:

- **As tensões dos mercados alimentares da reforma agrária no sul do Brasil em face do regime alimentar corporativo**, que analisa as estratégias de construção social de mercados alternativos pelo MST em Porto Alegre, indicando a expansão de redes de civismo agroalimentar em torno da construção destes mercados. O artigo promove uma reflexão sobre a endogeneização da crítica pelos mercados dominantes, criando uma complexa dinâmica de hibridização entre mercados alternativos e dominantes, uma vez que cada um desses mercados exige uma postura diferenciada das organizações dos assentamentos, no que se refere ao relacionamento com os consumidores, fornecedores, mobilização de estruturas físicas, conhecimento e dispositivos institucionais.
- **Gestão social e participação nos processos produtivos e comerciais de duas cooperativas do assentamento Itamarati, Ponta Porã/MS**, que se propõe a pesquisar se a lógica seguida por duas cooperativas de assentados da reforma agrária estão seguindo os princípios da gestão social e da participação, ou se ao adotarem o modelo de gestão das empresas mercantis, tendem a contrariar a expectativa de seus associados. Em termos de gestão do empreendimento, é preciso que os dirigentes conciliem as atividades administrativas e de representação com aquelas de caráter operacional, de forma a não se distanciarem da realidade dos demais associados. E como a responsabilidade dos gestores é pouco compartilhada, é nesses representantes que tende a se concentrar a pressão do mercado, colocando-os muitas vezes em posição de conflito com os associados.
- **Participação da Agricultura Familiar na Produção de Bovinos em Santa Catarina**, analisa os dados do Censo Agropecuário 2006 para o estado e fornece alguns indícios sobre a importância da produção familiar na produção de bovinos, apontando seu potencial para o abastecimento de mercados locais,

situação diferente daquela das cadeias de aves e suínos, que também é voltada para atendimento de mercados externos.

- **Os Convívios Slow Food da Grande Florianópolis: uma caracterização organizacional**, se baseia nas noções de organização substantiva e delimitação dos sistemas sociais para identificar inadequações nas práticas de participação social num Convívio do movimento Slow Food, organização que não apenas propõe como depende do adequado engajamento e participação para seu sucesso. O trabalho finaliza sugerindo caminhos para proposição de pesquisas futuras, como sobre os tipos ideais de liderança dos convívios e/ou organizações isonômicas, as particularidades de articulação de nós da Rede Slow Food que os convívios representam ou sobre a relação do vínculo formal entre membros dos convívios e do movimento.

Entendemos que elementos trazidos pelos artigos desta secção permitirão abrir diversas reflexões que se articulam com outras que já deverão ter se iniciado desde o primeiro dia do GT. Uma questão de fundo seria analisar o caráter mais funcional ou anti-sistêmico das experiências que se propõem alternativas ao sistema agroalimentar corporativo. Mesmo que não se proponham como anti-sistêmicas, muitas experiências analisadas se alojariam em uma abordagem que se indica ampliadora de uma democracia alimentar, seja pela valorização dos agricultores familiares e suas práticas sustentáveis, seja pela busca de construir formas de abastecimento que ampliem o acesso do conjunto dos consumidores a alimentos “bons, limpos e justos”. Qual a capacidade das diferentes experiências produtivas e de abastecimento alimentar, assim como dos diferentes esforços organizativos e de políticas públicas, para construção de uma verdadeira “democracia alimentar” e de **Redes para Mercados Inclusivos e Sustentáveis?**

De um modo geral, o conjunto de artigos abarcou os eixos orientadores do GT 10. Alguns aprofundando casos específicos de implementação de políticas públicas, outros descrevendo/analizando contextos de construção social de mercados e/ou organização coletiva para criação de redes alimentares alternativas. Alguns também permitiram uma reflexão sobre a importância da participação da agricultura familiar em circuitos curtos/locais, como forma de garantia de acesso a alimentos atrelados à

cultura e aos modos de vida das populações das regiões estudadas. Entretanto, os artigos dão respostas parciais às perguntas aqui apresentadas. Entendemos que as reflexões do GT poderão dar importantes pistas sobre necessários aprofundamentos teóricos, indicação de caminhos metodológicos e de contextos empíricos que mereceriam estudos mais aprofundados.

